O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XXIII - 22 DE JUNHO DE 2018

CATEGORIA APROVA FIM DAS INTERINIDADES E FAZ ATO CONTRA PRIVATIZAÇÕES EM MINAS

Petroleiros da Regap e da Termelétrica Aureliano Chaves aprovaram no início da semana o fim das interinidades em Minas, de modo que todos os interinos entreguem seus "cargos" e os possíveis substitutos não assumam tal "função".

A medida é uma resposta da categoria à postura injusta e arbitrária adotada pela direção da Petrobrás durante a greve de advertência dos petroleiros. Só em Minas, pelo menos 15 trabalhadores foram punidos com suspensão ou advertência devido ao fato de participarem da paralisação de 72 horas – aprovada em assembleias e comunicada à gerência da empresa, conforme previsto na Lei de Greve.

Além de uma resposta à direção da empresa, a aprovação do fim das interinidades é também uma forma de preparação para a greve geral dos petroleiros contra a privatização e o desmonte da empresa – que já está sendo construída em todo o País.

Petroleiros de Minas votam pelo fim das interinidades e ato contra privatização da Petrobrás

RETALIAÇÃO

Após a aprovação do fim das interinidades, a diretoria do Sindipetro/MG recebeu denúncias de trabalhadores que informaram que a gerência da Regap está restringindo as trocas de turnos e folgas entre os empregados e a marcação de férias dos petroleiros em Minas.

A medida é uma clara retaliação à categoria e reforça a postura da empresa diante da luta dos trabalhadores contra a privatização da Petrobrás. No entanto, a direção do Sindicato reafirma a importância de que a mobilização continue porque essa resposta da empresa demonstra que a movimentação dos trabalhadores está incomodando a gestão e reafirma a força que os petroleiros no processo de enfrentamento.

ATO CONTRA PRIVATIZAÇÃO

Juntamente com a votação que decidiu pelo fim das interinidades, a categoria realizou na manhã de segunda-feira – Dia Nacional de Luta em Defesa da Petrobrás – um atraso na portaria da Regap em protesto contra a privatização da Petrobrás.

Também ocorreram atos nas unidades da empresa em todo o País. A data foi escolhida por ser o prazo final que havia sido estabelecido pela gestão da Petrobrás para receber as propostas de compra das refinarias, terminais e oleodutos. No entanto, na manhã do mesmo dia, a estatal divulgou novo comunicado ao mercado prorrogando o prazo até 2 de julho e anunciando que já tem cinco empresas interessadas.

No final de abril deste ano, a direção da Petrobrás colocou a venda quatro refinarias – RLAM e Abreu e Lima (juntamente com 770 km de oleodutos e cinco terminais) no Nordeste, e a Refap e Repar no Sul (incluindo 736 km de oleodutos e sete terminais). Também estão em processo de venda plantas de fertilizantes, campos de petróleo no mar e na terra, gasodutos, entre outras unidades estratégicas do Sistema Petrobrás.

FUP aciona Justiça para barrar privatização

A FUP ajuizou uma ação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, na segunda-feira (18), questionando a privatização da RLAM, RNEST, Refap e Repar - que juntas representam quase 40% de toda a capacidade de refino do Brasil.

A ação questiona os impactos sociais e trabalhistas da privatização, já que os direitos dos petroleiros deveriam ser preservados e nenhuma providência nesse sentido foi tomada pela gestão golpista.

No processo, a FUP pede a suspensão de qualquer transferência acionária das refinarias e dos seus sistemas integrados (dutos e terminais), assim como a apresentação do estudo técnico dos impactos socioeconômico e trabalhista.

EDITORIAL

Com o coração na ponta da chuteira, vamos virar esse jogo

"Cada dia um 7x1 diferente!" É assim, com um humor tão característico e sempre inabalável, que o povo brasileiro vai reagindo a cada episódio dessa tragédia chamada Brasil. A referência àquela tarde humilhante no Gigante da Pampulha serviu como metáfora perfeita para as seguidas derrotas diárias dessa população, especialmente após vivenciar as consequências de um golpe.

Apesar do bom humor, a classe trabalhadora tem sido aquela que mais tem sentido o peso dessa derrota acachapante. Se a categoria petroleira acreditava que sairia ilesa dessa artilharia avassaladora, em pouco mais de dois anos pôde perceber que pertence ao mesmo time que está sendo goleado. A entrega do pré-sal, o processo de privatização da Petrobrás e de outras estatais, as políticas econômica e social anti-povo – são diversas as bolas que balançaram cruelmente as nossas redes numa partida que parece interminável.

Nós, petroleiras e petroleiros, acabamos de tomar mais um gol, justo quando decidimos ir pra cima deles: a criminalização da nossa luta. Por ter sido ilegal, a sensação de impotência e descrença na vitória pode ter aumentado na nossa torcida, já que o juiz parece estar comprado. Como levantar a moral dessa galera, como acreditar que conseguiremos virar esse jogo?

Antes de tudo, temos que entender que essa torcida angustiada tem que entrar em campo. Não podemos assistir a essa partida como se o resultado do jogo não nos dissesse respeito. Só conseguimos nos defender melhor e voltar a atacar quando percebermos que ficar chorando no sofá não altera o placar.

Além disso, precisamos valorizar nossas qualidades e nossas capacidades em campo. Apesar do placar desfavorável, nós não estamos fora do jogo. Nosso jogo coletivo e aguerrido assustou o time deles, fazendo com que um de seus principais jogadores – Pedro Parente – pedisse para ir para o chuveiro mais cedo.

Mesmo quando parecemos estar em baixa, nossos adversários na Copa do Mundo sempre temem jogar contra a seleção brasileira de futebol. Assim também são nossos inimigos na luta de classes, que também morrem de medo de nosso time desencantar. Não adianta comprar o juiz, não adianta pagar o comentarista da TV para falar mal da gente – continuaremos fortes e unidos parar virar esse jogo!

GIRO PELAS CATEGORIAS

Professores cobram pagamento de salários em Minas

Professores da rede estadual fizeram um ato em frente ao Palácio da Liberdade, na última terça-feira (19), cobrando o pagamento dos salários em Minas. A categoria paralisou suas atividades até o pagamento da primeira parcela, conforme aprovado 11º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG).

Desde 2016, o governo de Minas está pagando o funcionalismo de forma parcelada. Até junho deste ano, a escala era: quem recebia salários de até R$ 3 mil ,o pagamento era feito em uma parcela; até R$ 6 mil, seriam quitados na segunda parcela; e valores acima de R$ 6 mil receberiam o restante na terceira parcela.

No entanto, no caso dos professores, o Sind-UTE/MG denuncia que até mesmo salários abaixo de R$ 3.000 - que é o caso de boa parte da categoria - estão sendo pagos de forma parcelada. Além disso, no caso deste mês, o pagamento da primeira parcela foi anunciado pelo governo no dia 13 de junho, mas ainda não aconteceu.

Após concentração na Praça da Liberdade, os profissionais da educação saíram em passeata até a Praça 7, no centro de Belo Horizonte. Aproximadamente 500 trabalhadores participaram da mobilização.

CALENDÁRIO

JUNHO

22: seminário em Brasília com trabalhadores de estatais sobre impactos da Resolução 23 da CGPAR, que impõe mudanças nos planos de saúde das empresas públicas;
25 a 29: força-tarefa da FUP e sindicatos em Brasília para acompanhar o debate em torno da instalação da CPI que investigará a política de preços dos combustíveis;
25 a 16/07: reunião conjunta FUP e Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) para construir um calendário de lutas contra a privatização da Petrobrás e Eletrobrás;
29: Virada da Resistência - Lula Livre, na Casa do Jornalista, em Belo Horizonte

JULHO

2 a 4: ato da FUP contra a privatização da RLAM (BA);
4: ato da FUP contra a privatização da REFAP (RS);
17: ato da FUP contra a privatização da REPAR (PR);
18: Conselho Deliberativo da FUP em Curitiba
26: ato da FUP contra privatização da RNEST (PE)

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluízio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro. Jornalistas: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG
Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.
www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br
SINDIPETRO MG — SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS — FUP CUT

BRIGADA PETROLEIRA VAI À BRASÍLIA CONTRA A ENTREGA DO PRÉ-SAL E DAS REFINARIAS

Uma brigada de petroleiros de vários estados do País ocupou a Câmara dos Deputados na última terça-feira (19), em uma força tarefa organizada pela FUP para impedir a votação do Projeto de Lei 8939/17. A proposta autoriza que a Petrobrás abra mão de 70% dos 5 bilhões de barris de petróleo da cessão onerosa do pré-sal.

Brigada de petroleiros ocupa Câmara dos Deputados em Brasília contra votação do Projeto de Lei 8939/17, que autoriza que a Petrobrás abra mão de 70% dos 5 billhões de barris de petróleo da cessão onerosa do pré-sal.

Com seus jalecos laranja, os petroleiros percorreram gabinetes das lideranças parlamentares alertando sobre os prejuízos que o projeto causará à Petrobrás, à nação e aos estados e municípios. O diretor do Sindipetro/MG, Cristiano Almeida, está na comitiva organizada pela FUP, em Brasília.

Sem qualquer debate com a sociedade e sem passar pelas comissões da Câmara, os deputados aprovaram às pressas um requerimento de urgência urgentíssima para que o PL 8939/17 seja votado a toque de caixa.

Na última terça-feira, o texto foi colocado em discussão no plenário pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), que tentou votar às pressas o relatório do deputado Fernando Coelho Filho (DEM/PE). Ele apresentou um substitutivo que amplia o projeto para as reservas excedentes da cessão onerosa, que podem chegar a 15 bilhões de barris de petróleo. Isso permitiria a apropriação destas reservas pelas multinacionais.

No entanto, os deputados de oposição conseguiram impedir a votação por meio de um recurso de obstrução. Após mais de sete horas de debates, o plenário encerrou a discussão e o projeto voltou à pauta nesta quarta-feira (20). Até o fechamento desta edição de "O Petroleiro", a sessão da Câmara ainda não tinha terminado.

R$ 500 BILHÕES A MENOS

Segundo levantamento feito pelo consultor Paulo César Lima, especialista em Petróleo e Energia, o PL 8939/17 permite às petrolíferas privadas se apropriarem de R$ 500 bilhões que a estatal brasileira poderá garantir ao longo dos próximos anos com a exploração das reservas contratadas pela cessão onerosa.

"Como grande parte das unidades da cessão onerosa já está contratada e entrará em operação no curto prazo, produzindo petróleo com altíssima rentabilidade, conclui-se, então, que carece de qualquer lógica, a Petrobrás transferir a titularidade dessas áreas, como proposto pelo Projeto de Lei nº 8.939, de 2017", alerta Paulo César. "Em 2022, a receita líquida da Petrobrás apenas com a produção de cerca de 1 milhão de barris de petróleo por dia sob o regime de cessão onerosa será de 15,7 bilhões de dólares", explica o consultor.

Além dos prejuízos que a Petrobrás e a União amargarão, o Estado e os municípios do Rio de Janeiro serão também fortemente impactados. Segundo Paulo César, o substitutivo do deputado Fernando Coelho Filho amplia o projeto para as reservas excedentes da cessão onerosa. Com isso, as empresas que se apropriarem dessas reservas estariam isentas de pagar Participações Especiais, o que resultaria em perdas de R$ 80 bilhões em isenções fiscais para o Rio de Janeiro.

Para denunciar mais esse golpe contra a população, a FUP e seus sindicatos, junto com os parlamentares que se opõem ao PL 8.939/17, realizaram às 18h um twitaço com a hastag #MaiaTraioRio, que foi um dos assuntos mais comentados da rede social.

ENTREGA DO PRÉ-SAL

Na tentativa de entregar todo o pré-sal às multinacionais antes das eleições, o governo golpista também atua via leilões. No início do mês, Michel Temer (MDB-SP) abriu mão de mais uma fatia do pré-sal, na 4ª Rodada de Partilha da Produção do Pré-Sal, realizada no Rio de Janeiro.

As estrangeiras Shell, ExxonMobil, Chevron, BP Energy, Petrogal, Statoil (estatal norueguesa) foram as vencedoras das três de quatro áreas nas bacias de Campos e Santos. A arrecadação do leilão foi de R$ 3,15 bilhões e cada barril saiu a R$ 0,23.

Resultado semelhante foi verificado na 2ª e 3ª rodadas de leilões, realizadas em 2017. Em ambas, as petrolíferas estrangeiras foram as grandes vencedoras, tendo blocos em que a Petrobrás sequer apresentou propostas.

Essa entrega faz parte do golpe e foram facilitadas pelas mudanças regulatórias implementadas no setor pelo governo Temer e a partir do fim da exigência da Petrobrás como operadora única dos campos do pré-sal.

Por isso, mais do que nunca, é preciso impedir a aprovação do PL 8939/17. Seus prejuízos para a Petrobrás podem chegar a R$ 500 bilhões, mas para o povo brasileiro são incontáveis.

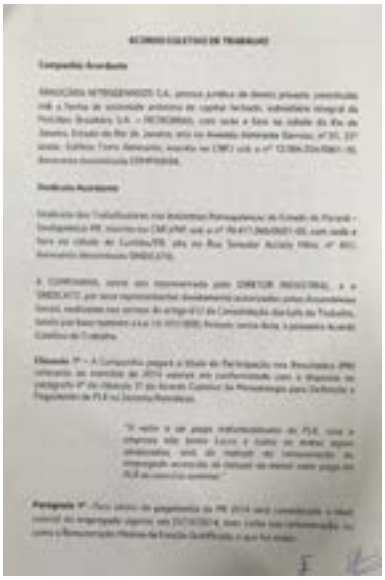
FUP COBRA PAGAMENTO DA PLR PARA TODOS DO SISTEMA PETROBRÁS

Em reunião com a gerência de Recursos Humanos da Petrobrás no dia 14, a direção da Federação Única dos Petroleiros cobrou esclarecimentos uma posição sobre o pagamento da Participação nos Resultados (PR) de 2017.

A direção da FUP voltou a reafirmar que concorda com o pagamento nos moldes de 2015, desde que seja para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás. Porém, a gerência insiste em excluir os petroleiros da Fafen-PR.

A Petrobrás alega que a Fafen-PR, que está em processo avançado de venda, não faz parte do acordo de pagamento de PR. No entanto, os trabalhadores da unidade receberam o benefício em 2015, como demonstrado no documento ao lado.

O coordenador-geral da Federação, Simão Zanardi, pediu para que os gestores apresentem o acordo de PR em mesa de negociação para ser assinado, com o respeito que todos os trabalhadores da Petrobrás merecem.



***ACT da Araucária Nitrogenados** de 2015 mostra que os trabalhadores da Fafen-PR receberam a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referentes a 2014. Porém, em 2018, a Petrobrás insiste em excluir os petroleiros da Fafen do pagamento da Participação nos Resultados (PR) de 2017.*

PCR

Ainda durante a reunião, a gerência de RH apresentou um projeto de mudanças no atual Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC), nomeado agora de Plano de Carreiras e Remuneração (PCR).

Nesse plano, a empresa separa os trabalhadores apenas em duas carreiras: nível técnico e nível superior.

O programa tem características similares aos de empresas privadas como a Shell e a Statoil, nos quais, segundo a própria Petrobrás, serviram de inspiração para o modelo proposto. No entanto, a FUP ainda irá analisar, com assessoria do Dieese, os impactos deste novo plano para os trabalhadores.

FUP orienta categoria sobre acesso ao IR

A direção da FUP exigiu esclarecimentos sobre a obrigatoriedade por parte dos trabalhadores de fornecer acesso à declaração do Imposto de Renda à Petrobrás. A Federação cobrou que a empresa se responsabilize pela manutenção do sigilo fiscal das informações e que, ao final do processo, a Petrobrás discrimine por escrito nos recibos fornecidos no portal da empresa.

Diante do compromisso assumido pela Petrobrás, a assessoria jurídica da FUP orienta que os empregados permitam o acesso à declaração do IR dentro do prazo estabelecido, que vai até o dia 30/06, em uma das duas modalidades oferecidas pela empresa no Botão Compartilhado.

A obrigatoriedade de fornecer o acesso à Declaração de Bens e Rendimentos, conforme a Lei 8429/92 e a Instrução Normativa 67 do TCU, foi informada pela empresa após uma auditoria interna. Antes, somente cargos de função gratificada tinham esta obrigação.

Quem cala, consente

O Conselheiro de Administração eleito pelos trabalhadores da Petrobrás, Christian Queipo, se absteve de seu voto sobre a nomeação de Ivan Monteiro, para o cargo efetivo de CEO da empresa.

Ao abrir mão de votar, ele concordou com a escolha do governo de Michel Temer, uma vez que a indicação do nome de Monteiro foi primeiramente feita pelo Ministério de Minas e Energia, já

que a União é a acionista majoritária. Até assumir a presidência da Petrobrás, Monteiro ocupava a diretoria financeira da empresa e era o responsável pelo programa de privatização, que tem como meta vender R$ 21 bilhões em ativos até o fim deste ano.

Sindipetro/MG não funcionará nesta sexta-feira (22)

Assim como na Regap e Termelétrica Aureliano Chaves, o **Sindipetro/MG** não funcionará nesta sexta-feira (22) em função do jogo da seleção brasileira contra a seleção da Costa Rica.

O Sindicato volta ao funcionamento normal na segunda-feira (25), de 9h às 18h.